

Relato da 156ª Reunião do Plenário

No dia 16 de outubro de 2024, pelas 10h00, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima quinquagésima sexta sessão plenária, com a seguinte ordem de trabalhos:

10h00

1. Conferência - *A perspetiva de género no ensino superior em Portugal: construindo futuros*, proferida pela Professora Doutora Virgínia Ferreira, da Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra e pela Professora Doutora Cristina Vieira, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra e conselheira do Conselho Nacional de Educação.
2. Assinatura do protocolo a celebrar entre a *Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação*, através da sua Diretora, Ana Cristina Perdigão, e o *Conselho Nacional de Educação*, através do seu presidente, Domingos Fernandes.
3. Apreciação da proposta de relato da 155ª sessão plenária.
4. Informações.
5. Atividades a desenvolver em 2025 e 2026 pelas diferentes comissões especializadas permanentes e pela comissão especializada eventual, apresentadas pelos(as) respetivos(as) coordenadores(as).

14h30

6. Apresentação, discussão e apreciação do projeto de parecer sobre o *Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII – “Cria a Rede Pública de Creches da Região Autónoma dos Açores”*, pelos conselheiros(as) relatores: Luís Ribeiro, Cristina Agreira, Jorge Ascensão e Matilde Rocha.
7. Outros assuntos.

Dando as boas-vindas a todos, em especial aos novas conselheiros, à nova Secretária-Geral e às oradoras da conferência, o presidente deu início aos trabalhos.

Foram apresentadas as oradoras Professora Doutora Virgínia Ferreira, da Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra e pela Professora Doutora Cristina Vieira, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra e conselheira do Conselho Nacional de Educação, que deram início à sua comunicação intitulada *A perspetiva de género no ensino superior em Portugal: construindo futuros*. Apresentaram os objetivos do estudo, a metodologia e a importância de que se reveste. Entre outros aspetos, abordaram algumas questões para reflexão: o que significa usar ‘uma abordagem sensível ao género’? Como podemos levar docentes a compreender que uma abordagem neutra, em termos de género, pode contribuir para reduzir as opções dos/as estudantes e a sua liberdade de escolha? Estão os/as docentes preparados/as para introduzir as questões de género nos conteúdos que ensinam? Seguiram-se

comentários e/ou pedidos de esclarecimento por parte dos conselheiros David Rodrigues, Jesus Maria Fernandes, Anabela Sotaia, Filipa Pinto e Deolinda Martin, que alimentaram a discussão com as oradoras.

Dando cumprimento ao ponto dois da ordem de trabalhos, foi assinado o protocolo entre o CNE e a Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação, assinado pelo presidente do CNE, Domingos Fernandes, e pela diretora da Agência, Cristina Perdigão, que proferiram palavras de regozijo e perspetivaram possibilidades de trabalho conjunto.

Enquadrado no ponto três da ordem de trabalhos, o relato da 155ª sessão foi aprovado por unanimidade.

Seguiram-se as informações, constantes do ponto quatro. O presidente começou por informar que, desde o último plenário, tomou posse uma dezena de conselheiros, que nomeou. Referiu a situação de precariedade em que o CNE vem trabalhando desde que assumiu as suas funções pelas falhas sistemáticas do sistema informático, pelo facto de a contabilidade e os serviços administrativos estarem a ser assegurados apenas por uma técnica superior pois ainda não foi possível substituir uma funcionária que se aposentou e, ainda que não seja considerada uma questão prioritária, não ter sido possível recrutar um motorista que permita responder às necessidades da instituição. Apesar das diligências já efetuadas junto dos serviços competentes e apesar dos esforços realizados pela Secretaria-Geral de Educação e Ciência, a verdade é que a situação não se alterou desde junho de 2022. Além destes problemas, o CNE viu a sua assessoria técnico-científica reduzida de 10 para 8 pessoas uma vez que foram indeferidas duas mobilidades estatutárias. Esta é uma situação que vai limitar de forma assinalável a capacidade de resposta da instituição, nomeadamente no que respeita à elaboração de pareceres, recomendações e contributos e à consecução dos objetivos previstos no âmbito dos projetos em curso. Apesar destes constrangimentos, o presidente referiu que se tinha decidido que o *Estado da Educação 2023* deveria sair no mês de dezembro deste ano e que seriam desenvolvidos esforços para que os projetos DICA 2024 e EDA50 pudessem seguir o seu curso normal. A questão da comunicação (nomeadamente do site do CNE) continua a ser trabalhada, agora da responsabilidade da Secretária-Geral. Agradeceu o esforço de todos, incluindo conselheiros, Comissão Coordenadora, Assessoria Técnico-Científica, Gabinete de Apoio à Presidência, Contabilidade. O conselheiro David Rodrigues e a conselheira Deolinda Martin pronunciaram-se acerca da situação exposta pelo presidente, criticando as atuais condições de trabalho existentes no conselho.

Os coordenadores de cada uma das Comissões Especializadas Permanentes apresentaram, muito sumariamente, o caminho que tencionam fazer para o cumprimento do seu plano de atividades para 2025 e, nalguns casos também para 2026, que, genericamente, se traduzem na continuidade dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos. Os planos serão posteriormente apresentados de forma detalhada.

Depois do almoço, retomaram-se os trabalhos no seu ponto seis – apresentação, discussão e apreciação do projeto de parecer sobre o *Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 15/XIII – “Cria a Rede Pública de Creches da Região Autónoma dos Açores”*, pelos conselheiros(as) relatores: Luís Ribeiro, Cristina Agreira, Jorge Ascensão e Matilde Rocha. Em nome do grupo, o conselheiro Luís Ribeiro fundamentou a necessidade da recomendação, a definição de alguns termos, a contextualização processual. Referiu preocupações relacionadas com a resposta das famílias, as respostas públicas, privadas e solidárias complementares e não concorrenciais, a atenção aos territórios de baixa densidade, a falta de documentos de referência (que funcionam como orientações curriculares) e a necessidade de desenvolvimento profissional dos educadores. Intervieram os conselheiros Deolinda Martin, Fernando Magalhães, Paulo Sucena, Amélia Lopes, Ana Balcão Reis,

Jesus Maria Fernandes e Anabela Sotaia com questões e sugestões que foram bem acolhidas, discutidas e conduziram a alterações pontuais, que clarificaram o texto. Colocada à votação, a recomendação foi aprovada por maioria.

Não havendo outros assuntos a tratar, o presidente agradeceu mais uma vez a presença e o contributo de todos e deu por terminada esta reunião, pelas dezasseis horas.